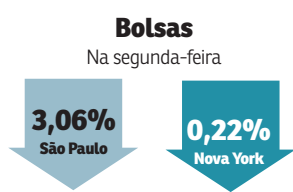




7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 3 de janeiro de 2023



Dólar
Na segunda-feira

R\$ 5,360
(+ 1,51%)

Dólar	Últimos
23/dezembro	5,166
26/dezembro	5,209
28/dezembro	5,287
29/dezembro	5,280

Salário mínimo
R\$ 1.320

Euro
Comercial, venda na segunda-feira

R\$ 5,714

CDI
Ao ano

13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)

13,66%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Julho/2022	-0,68
Agosto/2022	-0,36
Setembro/2022	-0,29
Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41

GOVERNO LULA

Haddad promete regra fiscal sem malabarismo

Ministro da Fazenda diz que meta é reduzir o deficit orçamentário de R\$ 200 bilhões deste ano. Mercado mantém desconfiança

» RAFAELA GONÇALVES

No primeiro discurso após assumir oficialmente a pasta, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se comprometeu a enviar ao Congresso, ainda no primeiro semestre, a proposta de uma nova âncora fiscal que organize as contas públicas. “Um arcabouço que abraça o financiamento do guarda-chuva de programas prioritários do governo, ao mesmo tempo que garanta a sustentabilidade da dívida pública. Não existe mágica nem malabarismos financeiros. O que existe para garantir um Estado fortalecido é a previsibilidade econômica, confiança dos investidores e transparência com as contas públicas”, disse.

Após sucessivas declarações de presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o fim do teto de gastos, Haddad disse que sua missão será reduzir o deficit de R\$ 220 bilhões previsto no Orçamento deste ano aprovado pelo Congresso. “Não estamos aqui para aventuras, mas para assegurar que o país volte a crescer para suprir as necessidades da população em saúde, educação, no âmbito social e, ao mesmo tempo, para garantir equilíbrio e sustentabilidade fiscal”, afirmou.

O ministro não poupou críticas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pela quebra de decoro na cerimônia de posse e pelos rombos deixados nas contas da União. “Tivemos um péssimo exemplo de transição, que colocou dois militares em situação

Ed Alves/CB



Para Haddad, é preciso harmonizar políticas monetária e fiscal e recuperar a confiança dos investidores: “Não estamos aqui para aventuras”

indefensável, que se recusaram a cumprir a as regras democráticas de troca de governo e que, em 30 de dezembro, foram capazes de publicar dois decretos que darão mais de R\$ 10 bilhões de prejuízos aos cofres públicos”, afirmou Haddad, sem citar nomes. “Esses são os patriotas que deixaram o poder”, ironizou, ao se referir ao aumento de gastos de R\$ 300 bilhões, o equivalente a 3% do Produto Interno Bruto

(PIB), deixado como herança pelo governo passado.

O novo ministro prometeu diálogo para encontrar um “denominador comum dos anseios da população brasileira e do mercado”. “Não existe política fiscal ou monetária isoladamente. O que existe é política econômica, que precisa estar harmonizada, ou o Brasil não se recuperará da tragédia do governo Bolsonaro. Essa harmonização acontecerá

em nossa gestão frente ao Ministério da Fazenda. Podem ter a mais absoluta certeza.”

Apesar da promessa de acertar a questão fiscal, o mercado ainda deve seguir apreensivo, até que um arcabouço concreto seja apresentado, de acordo com analistas. Ontem, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) recuou 3,06%, repercutindo o discurso de posse no qual Lula classificou a regra do teto de gastos de

“estupidez”. O dólar subiu 1,58%, para R\$ 5,36.

Para Ivan Barboza, sócio-gerente do Ártica Long Term FIA, o tom de Haddad no discurso foi positivo, mas o ministro ainda não detalhou as ações que serão tomadas. “Com isso, o mercado segue receoso, em especial devido ao discurso de Lula, que não mostrou o mesmo compromisso com a responsabilidade fiscal”, avaliou.

Nomeações barradas

No primeiro dia do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, 1.204 servidores que desempenhavam funções de confiança na gestão de Jair Bolsonaro foram exonerados. Lula também extinguiu os cargos de adido tributário e aduaneiro junto às representações diplomáticas do Brasil no exterior. Cinco dessas representações foram criadas por decreto em 26 de dezembro, na última semana do governo Bolsonaro, e os cargos foram distribuídos para ocupantes da cúpula da Receita Federal.

O ex-secretário especial da Receita Federal Julio Gomes foi designado para a Embaixada do Brasil em Paris. O secretário adjunto, Sandro Serpa, ficaria em Bruxelas, enquanto o subsecretário-geral da Recita, José Ferraz, iria para Abu Dhabi. Para o cargo de auxiliar de adido tributário e aduaneiro na embaixada brasileira em Buenos Aires foi nomeado Daniel Tavares Vale Alencar, que era chefe da assessoria de comunicação institucional da Receita.

As nomeações tinham validade de dois anos e foram assinadas pelo presidente em exercício, general Hamilton Mourão, no último dia de governo.

Segundo o decreto, os ocupantes dos cargos de adido tributário teriam remuneração equivalente à de ministros de primeira classe do Ministério das Relações Exteriores.

Críticas

As nomeações haviam gerado uma onda de críticas. A associação que representa os auditores tributários da Receita, a Unafisco, divulgou nota em que afirma que “nunca antes se viu uma atuação institucional tão distante dos princípios da impessoalidade, da moralidade e do interesse público”.

Segundo a Unifisco, os dirigentes da Receita “atuaram com objetivo clarividente de criar cargos para si mesmos, como rota de saída em função da troca de governo”.

A direção da Receita Federal, por sua vez, defendeu a criação dos cargos de adido tributário e as nomeações de integrantes da direção do órgão para exercerem essas funções no exterior. No dia 31 de dezembro, em nota, a cúpula do Fisco afirmou que a criação das funções era uma reivindicação antiga, e que esses postos se tornaram mais importantes como crescimento das relações comerciais do país e dos acordos para evitar a bitributação.

Além disso, argumentou que todos os indicados eram servidores públicos de carreira e nenhum deles tinha filiação política ou partidária.

Ministra prega gestão eficiente

» ROSANA HESSEL

Ao assumir o Ministério da Gestão e da Inovação dos Serviços Públicos, a economista Esther Dweck foi categórica ao afirmar que pretende fazer uma reforma administrativa para melhorar a estrutura de carreiras e remunerações dos servidores públicos e o atendimento à população. “Não podemos errar”, disse. “Vamos trabalhar muito.”

A nova ministra defendeu uma “transformação dos serviços digitais prestados à população”. Ela também anunciou que pretende discutir o papel das estatais, mas não detalhou como fará isso.

“O Ministério nasce com a missão de ampliar a eficiência na gestão do governo federal. Sem a criação de cargos novos, nós vamos ampliar a capacidade do Estado brasileiro de combater a desigualdades estruturais da sociedade brasileira, com atendimento a populações

EVARISTO SA/AFP



Esther Dweck: reforma administrativa deve valorizar carreiras

historicamente ignoradas, como os povos indígenas; combater o racismo estrutural, a violência contra a mulher, o crime ambiental e a fome”, afirmou. “Para atingirmos essa eficiência na gestão, o primeiro passo é interromper o processo de desmonte do Estado brasileiro que ocorreu ao longo dos últimos anos”, acrescentou.

Reforma

A ministra disse que uma verdadeira reforma administrativa significa aumentar a eficiência do Estado. “Com esse objetivo, também vamos criar o Escritório de Projetos de Inovação na Gestão e parcerias com a

Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). É algo que já existe, mas que vamos incentivar para facilitar a troca de experiências adquiridas”, afirmou.

Esther Dweck pretende, ainda, reforçar a função estratégica da central de compras do governo federal, inclusive, “como instrumento de política industrial e inovação tecnológica”, a partir do compartilhamento de compras e serviços administrativos, que poderá “ser ampliado justamente para garantir maior eficiência dos ministérios em suas políticas”. Ela prometeu ainda promover a transparência na gestão da pasta.

Portos: concessões serão reavaliadas

» FERNANDA STRICKLAND

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França (PSB), ex-governador de São Paulo, reafirmou que os processos de privatização de terminais aéreos e marítimos ainda não homologados serão reavaliados pela pasta. Entretanto, as concessões já homologadas não serão afetadas, garantiu. França também disse que a estatal Infraero será fortalecida na nova gestão e que “o Brasil precisa de mais aeroportos regionais”.

Durante a solenidade de posse, França lembrou que vai atuar na administração de 35 portos públicos e mais de 200 terminais privados, além da fiscalização de aeroportos, aeródromos e heliportos.

“Essa imensa logística é fundamental para a economia do país, mas tamanha riqueza e possibilidades se justificam, principalmente, se gerarem empregos e qualidade de vida para a população”, afirmou o novo ministro. França também destacou a importância do setor e disse que 90%

do comércio exterior brasileiro passa pelos portos.

Diálogo

O novo ministro declarou também que sua gestão terá diálogo com as categorias de trabalhadores de portos e aeroportos. “Os portos só existem e os aeroportos também porque os trabalhadores estão lá, todos os dias a cumprir suas missões. É muito importante que eles façam isso e que se sintam prestigiados”, apontou.

A pasta foi criada com o desmembramento do Ministério da Infraestrutura. Entre as áreas sob responsabilidade do novo ministério estão: política nacional de transportes aquaviário e aeroviário; supervisão da marinha mercante e vias navegáveis; formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento do setor de portos e instalações portuárias marítimas, fluviais e lacustres; aviação civil e infraestruturas aeroportuária e de aeronáutica civil, em articulação, no que couber, com o Ministério da Defesa.